Entre presenças e ausências: um mapeamento preliminar de descritores em editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático

Daíse Beatriz Souza Freire[1]
Beatriz Fernanda Litoldo (Orientadora)[2]

GD3: Livro Didático na perspectiva da diversidade, inclusão e justiça social

Resumo
A violência manifesta-se em diferentes contextos sociais, inclusive no espaço escolar, podendo assumir distintas formas, tais como violência física, psicológica, simbólica, estrutural, institucional, racial, de gênero e cultural, além de práticas discriminatórias e *bullying*. Considerando o Livro Didático (LD) como um dos principais materiais utilizados nos processos de ensino e aprendizagem nas escolas públicas brasileiras, emergiram inquietações acerca dos documentos que regulamentam a produção, avaliação e aprovação dessas obras no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Nesse contexto, a presente comunicação tem como objetivo apresentar o processo de levantamento e constituição do *corpus* de análise já desenvolvido a partir da busca pelos editais do PNLD disponibilizados publicamente. Metodologicamente, a investigação caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental, utilizando, de forma adaptada, o Sistema Teorema como caminho metodológico de produção dos dados. A partir do levantamento documental realizado, foram localizados editais compreendidos entre os anos de 2006 e 2028-2031, evidenciando tanto limitações relacionadas à disponibilidade histórica dos documentos quanto a presença recorrente dos descritores investigados em parte significativa dos editais analisados. Os resultados iniciais suscitam reflexões acerca das formas pelas quais a temática da violência é incorporada, transversalizada ou silenciada nas políticas públicas que regulamentam os materiais didáticos distribuídos às escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: PNLD. Violência. Livro Didático. Discriminação. Preconceito.

1 Introdução

A violência está presente em diversos contextos interpessoais da sociedade, manifestando-se n relações familiares, sociais e de trabalho, alcançando, também, o espaço escolar, muitas vezes sendo amplificada e/ou naturalizada pelas mídias e redes sociais (IBGE, 2019). As violências podem assumir distintas formas, tais como: física, psicológica, simbólica, cultural, racial, religiosa, institucional, estrutural e de gênero (Freire; Litoldo, 2025). Nesse sentido, a violência escolar constitui-se como um fenômeno complexo, multifacetado e atravessado por diferentes dimensões sociais, políticas e culturais (Abramovay, 2006).

[1] Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) • Mestranda • Uberaba, Minas Gerais (MG), Brasil • daise.edu@gmail.com • ORCID https://orcid.org/0009-0005-5231-6802
[2] Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) • Docente • Uberaba, Minas Gerais Estado (MG), Brasil • beatriz.litoldo@uftm.edu.br• ORCID https://orcid.org/0000-0001-8473-8261

A temática da violência escolar tem despertado crescente interesse nas pesquisas em Educação, especialmente diante dos impactos que produz nos processos de ensino e aprendizagem, nas relações interpessoais e na constituição dos espaços escolares (Lahm-Vieira *et al.*, 2026; Shimada, 2025). No âmbito da pesquisa de mestrado em andamento da primeira autora, tal discussão emerge a partir das inquietações relacionadas à possível presença – ou ausência – da temática da violência nos documentos que orientam e regulamentam os materiais didáticos distribuídos às escolas públicas brasileiras, particularmente os Livros Didáticos (LD).

Nesse contexto, a pesquisa de mestrado em desenvolvimento tem como objetivo mapear e compreender a trajetória da temática da violência nos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Parte-se do entendimento de que os editais do PNLD não se restringem a documentos de caráter técnico-administrativo, mas constituem-se, também, como instrumentos político-pedagógicos que orientam concepções curriculares, critérios avaliativos e diretrizes para a elaboração e aprovação dos materiais didáticos. Assim, compreender como a temática da violência aparece – ou é silenciada – nesses documentos possibilita problematizar quais discussões são legitimadas, induzidas ou secundarizadas no âmbito das políticas públicas educacionais.

Para melhor compreender os editais do PNLD, torna-se importante considerar os marcos históricos que contribuíram para a implementação do Programa. Destaca-se que os editais do PNLD são responsáveis por regulamentar os critérios de produção, avaliação e aprovação dos materiais didáticos disponibilizados às escolas públicas. Desde 2018, tais editais passaram a contemplar as orientações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), reforçando seu papel na indução de determinadas perspectivas curriculares, formativas e pedagógicas. Desse modo, compreende-se que os editais exercem influência significativa sobre as temáticas, abordagens e conteúdos presentes nas obras aprovadas pelo Programa.

Nessa perspectiva, considera-se que a presença – ou ausência – de orientações relacionadas à violência nos editais pode indicar movimentos de visibilização, silenciamento ou secundarização dessa temática no contexto das políticas curriculares e dos materiais didáticos. Embora a menção à violência nos editais não garanta, necessariamente, abordagens aprofundadas nos LD aprovados, por exemplo, entende-se

que tais documentos estabelecem parâmetros importantes para a constituição e avaliação dessas obras.

Posto isso, destaca-se a importância de investigar se os editais do PNLD apresentam marcadores, descritores, orientações, diretrizes e/ou instruções metodológicas relacionadas à temática da violência. Assim, o presente texto tem como objetivo apresentar o processo de levantamento e constituição do *corpus* de análise já desenvolvido a partir da busca pelos editais do PNLD disponibilizados publicamente. Esse levantamento possibilitou mapear os editais desde o ano de criação do Programa, identificar suas respectivas especificidades e etapas educacionais contempladas, bem como verificar a presença de palavras-chave relacionadas à temática investigada, a saber: violência, discriminação e preconceito.

2 Referencial Teórico

A violência pode assumir diversas formas a depender do contexto o qual está inserida, das relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos – estudantes, professores, gestores e demais agentes escolares –, bem como das dimensões simbólicas, culturais e sociais que atravessam tais relações (Abramovay; Rua, 2003). Segundo as autoras, diversos fatores contribuem para que os estudantes desenvolvam percepções negativas sobre a escola, dentre eles o próprio espaço escolar, as relações interpessoais, os conflitos cotidianos e as violências vivenciadas no ambiente educativo.

As violências podem ser compreendidas a partir de múltiplos significados, tanto pela perspectiva daqueles que as sofrem quanto daqueles que as praticam. Nesse contexto, algumas manifestações violentas podem ocorrer de maneira menos explícita, manifestando-se por intermédio da linguagem, das relações interpessoais e dos processos comunicacionais Rosenberg (2006). Além disso, a violência também pode ser produzida e reproduzida pelas próprias estruturas sociais. Bourdieu (1989) denomina esse processo como violência simbólica, caracterizada pela imposição de valores, normas e significados legitimados socialmente, frequentemente naturalizados pelos próprios sujeitos que os sofrem. No contexto escolar, tais manifestações podem ocorrer por meio das relações pedagógicas, curriculares e institucionais.

De modo semelhante, Abramovay (2002) discute a violência institucional, compreendida como aquela praticada pela própria instituição escolar ou por seus agentes, mediante práticas autoritárias, discriminatórias ou excludentes. Já a violência estrutural relaciona-se às desigualdades sociais, econômicas e culturais historicamente constituídas, produzindo processos de exclusão e vulnerabilização social (Assis; Constantino; Avanci, 2010).

Para além dessas manifestações, existem também formas de violência mais visíveis e recorrentes no cotidiano social e escolar, tais como a violência física, sexual, racial, religiosa, de gênero e moral, além do *bullying* e de outras formas de intimidação e discriminação (Dahlberg; Krug, 2007; Abramovay; Rua, 2003; Bandeira, 2014; Araújo, 2015; Martins, 2015; Nadai; Tognetta, 2016).

Ao discutir a temática da violência no contexto educacional, torna-se necessário considerar também as políticas públicas voltadas ao combate, prevenção e enfrentamento dessas manifestações. Ao longo do tempo, diferentes legislações e documentos normativos foram elaborados com o intuito de garantir direitos, promover proteção social e combater práticas discriminatórias e violentas. Dentre eles, destacam-se a Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1990), a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor (Brasil, 1989), a Lei nº 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura (Brasil, 1997), e a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) (Brasil, 2015).

Nesse cenário, compreende-se que o PNLD também integra o conjunto de políticas públicas educacionais que influenciam os processos formativos desenvolvidos nas escolas brasileiras. O Programa constitui-se como “um conjunto de ações voltadas à distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, para alunos e professores das escolas públicas de educação básica do país” (Brasil, s.d.).

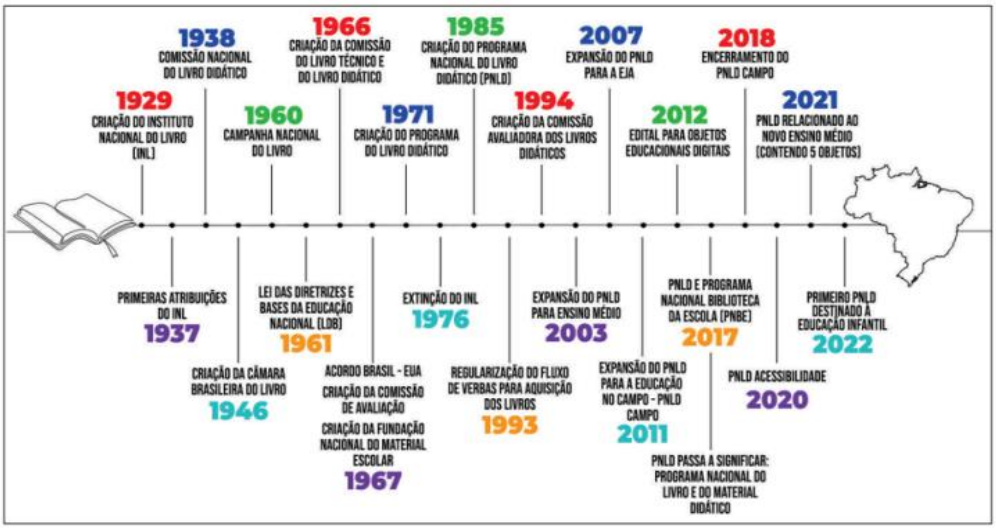
Contudo, o PNLD não se restringe apenas à distribuição de materiais didáticos. Os editais que regulamentam o Programa estabelecem critérios pedagógicos, curriculares, metodológicos e avaliativos que orientam a produção e a aprovação das obras distribuídas às escolas públicas. Nesse sentido, os editais constituem-se como documentos que

expressam determinadas concepções de educação, currículo, formação humana e sociedade.

No âmbito específico dos LD, Amaral *et al*. (2022, p. 30) destacam que "o LD não é produzido de forma neutra, há uma ideologia que o suporta, assim como é um meio de disseminação de valores e crenças de uma determinada cultura, situada em certo período histórico", exigindo, portanto, um olhar crítico acerca dos saberes, valores e perspectivas presentes nesses materiais. Os autores também enfatizam que os LD podem contribuir tanto para o enfrentamento quanto para a reprodução de preconceitos, discriminações e desigualdades sociais. Assim, a construção do conhecimento por meio dos LD, por exemplo, não se desvincula dos contextos históricos, políticos, sociais e culturais nos quais esses materiais são produzidos e utilizados.

A trajetória histórica do PNLD também evidencia transformações significativas no âmbito das políticas públicas educacionais brasileiras. Conforme discutem Amaral *et al*. (2022), o desenvolvimento dessa política teve início ainda na década de 1920, sendo institucionalizada oficialmente em 1985. Ao longo desse percurso histórico (Figura 1), o Programa passou por diferentes reformulações relacionadas à avaliação pedagógica das obras, aos critérios de aprovação, à ampliação do público atendido e às próprias concepções curriculares que orientam os materiais didáticos.

Figura 1 – Trajetória da política no âmbito do PNLD



Fonte: Amaral *et al*. (2022, p. 45)

A análise histórica do PNLD permite compreender o processo de consolidação dessa política pública ao longo das diferentes edições do Programa, envolvendo

legislações, acordos institucionais, criação de comissões avaliativas, organização logística para distribuição dos materiais didáticos e definição de critérios pedagógicos e curriculares (Brasil, s.d.).

Desse modo, investigar a presença – ou ausência – de marcadores, descritores, orientações, diretrizes e/ou instruções metodológicas relacionadas à violência nos editais do PNLD possibilita compreender como essa temática é incorporada, orientada, silenciada ou secundarizada no âmbito das políticas públicas educacionais. Tal investigação permite articular a violência escolar enquanto fenômeno social complexo às políticas curriculares e aos materiais didáticos que chegam às escolas públicas brasileiras, considerando o PNLD como um importante mecanismo de regulação pedagógica, curricular e formativa.

3 Metodologia

O estudo aqui apresentado caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa (Goldenberg, 2004) e, considerando o objetivo da pesquisa, configura-se como uma investigação do tipo documental, a partir da compreensão de que serão analisados os editais do PNLD. Os documentos que constituirão o *corpus* desse estudo serão os editais do PNLD disponíveis no *site* oficial do MEC[3] e serão posteriormente analisados à luz do referencial teórico da pesquisa de mestrado em andamento.

Como forma de constituição do *corpus* desse estudo, será utilizado a proposta metodológica desenvolvida por Amaral *et al.* (2022), intitulada Sistema Teorema. A proposta foi elaborada no âmbito de LD de Matemática, mas entende-se que sua estrutura metodológica apresenta flexibilidade analítica suficiente para adaptação a outros documentos educacionais, inclusive os editais do PNLD. Tal compreensão fundamenta-se no fato de que o Sistema Teorema organiza-se em etapas de Planejamento, Exploração e Tratamento dos dados, possibilitando sua utilização em pesquisas documentais voltadas à identificação e análise de regularidades, descritores e orientações presentes em documentos educacionais.

[3] Site oficial do Ministério da Educação. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais. Acessado em: 16 de maio de 2026.

O Sistema Teorema (Amaral *et al.,* 2022) é fundamentado em um percurso metodológico composto por três etapas. A primeira, refere-se ao 'Planejamento', momento em que é estabelecida a delimitação do objeto investigado e definido o percurso metodológico da pesquisa. Na proposta original do Sistema Teorema, a investigação pode desenvolver-se por dois possíveis caminhos: a 'Vista do LD', na qual o objeto analisado é o próprio livro didático, e a 'Vista do Contexto', cujo foco recai sobre a utilização desse material pelo professor e/ou pelo estudante.

A segunda etapa corresponde à 'Exploração do Material', fase em que ocorre a organização e sistematização dos dados da pesquisa. Nessa etapa, são analisadas as características estruturais do objeto investigado, bem como os aspectos particulares relacionados aos objetivos da investigação. Já a terceira etapa refere-se ao 'Tratamento dos Dados', momento em que os dados são organizados e analisados à luz do referencial teórico adotado.

No âmbito do Sistema Teorema, o 'Tratamento dos Dados' pode ocorrer por meio de diferentes possibilidades analíticas. A 'análise singular' corresponde à exploração aprofundada de um objeto em sua totalidade, enquanto a 'análise estratificada' realiza recortes específicos do objeto investigado. Já a 'análise do cotidiano' é desenvolvida apenas nas pesquisas que seguem o percurso da 'Vista do Contexto', situação que não se aplica ao presente estudo.

Assim, para esta pesquisa, o Sistema Teorema será utilizado de forma adaptada no âmbito dos editais do PNLD, seguindo as três etapas de percurso metodológico. Na primeira, considerando que o objeto de estudo corresponde aos editais do PNLD, o caminho metodológico adotado será denominado 'Vista dos editais do PNLD', em referência à adaptação da proposta original do Sistema Teorema.

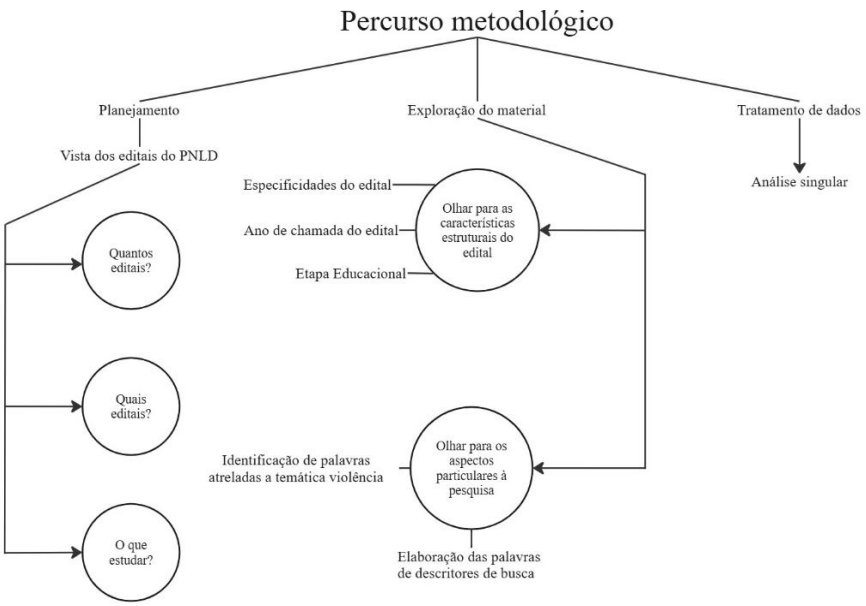
Na segunda etapa, serão identificadas como categorias de análise: o ano de publicação do edital, sua especificidade, a respectiva etapa educacional contemplada e a presença – ou ausência – de descritores relacionados à temática da violência. Para isso, serão utilizados, *a priori*, os seguintes descritores de busca: violência, discriminação e preconceito. Esses descritores foram selecionados com o objetivo de ampliar o repertório de uma busca inicial relacionado à temática investigada, sendo elaborados a partir de

associações conceituais e termos vinculados às diferentes manifestações de violência e exclusão social.

Na última etapa, a pesquisa aproximar-se-á de uma 'análise singular', considerando que os editais do PNLD serão analisados em sua integralidade, buscando identificar os descritores previamente estabelecidos – *a priori* – e os contextos em que tais menções aparecem nos documentos. Cabe destacar que, ao longo da realização da 'análise singular', poderão emergir novos descritores relacionados à temática investigada, constituindo-se, assim, em descritores *a posteriori*. Desse modo, o conjunto completo dos descritores identificados será evidenciado apenas ao final dessa etapa analítica. Dessa forma, os enxertos textuais localizados nos editais, provenientes da 'análise singular', constituirão os dados analíticos da pesquisa. Para melhor compreensão desses procedimentos, foi elaborado um esquema do Sistema Teorema adaptado à presente investigação (Figura 2).

A partir da utilização desse percurso metodológico, foi possível iniciar a constituição do *corpus* da pesquisa de mestrado pela etapa de Planejamento, na qual foram identificados os editais disponíveis para acesso público. Na etapa seguinte, referente à Exploração do Material, foram consideradas as seguintes características estruturais dos editais: ano de referência da chamada, especificidade do edital, etapa educacional contemplada e presença dos descritores relacionados à temática da violência.

Figura 2 – Percurso metodológico adaptado do Sistema Teorema



Fonte: Adaptado de Amaral *et al.* (2022)

Por fim, a presente comunicação tem como objetivo apresentar o processo de levantamento e constituição do *corpus* de análise já desenvolvido a partir da busca pelos editais do PNLD disponibilizados publicamente.

4. Resultados e discussões: Mapeamento dos editais do PNLD e análise preliminar dos descritores

O levantamento dos editais do PNLD foi realizado no *site* oficial do MEC, no FNDE, por meio de buscas nas abas e seções vinculadas ao Programa, com o objetivo de localizar os editais disponibilizados publicamente. Durante esse levantamento, observou-se a existência de algumas limitações relacionadas ao acesso e à disponibilidade dos documentos históricos do Programa.

O edital mais antigo localizado corresponde ao ano de 2006, embora o PNLD tenha sido instituído oficialmente em 1985. Após a realização de buscas exaustivas pelos editais desde a criação do Programa – no *site* oficial do MEC e do FNDE – não foi possível localizar os documentos anteriores ao ano de 2006, sendo encontrados, para o período anterior, apenas os Guias dos Livros Didáticos. Além disso, verificou-se que os *sites* oficiais do MEC e do FNDE apresentam lacunas documentais referentes a determinados períodos históricos do Programa. No portal institucional, encontram-se disponibilizados editais entre os anos de 2006 e 2013 e, posteriormente, editais a partir de 2020, evidenciando uma lacuna documental referente ao período de 2014 a 2019.

Diante disso, buscando aprofundar o processo de levantamento documental, utilizou-se o mecanismo de busca Google com operadores específicos de pesquisa, empregando-se o descritor entre aspas: ‘edital PNLD ano de referência FNDE’. A partir dessa estratégia metodológica, foi possível localizar os editais correspondentes ao período de 2014 a 2019. Com isso, o *corpus* documental da pesquisa passou a contemplar editais compreendidos entre os anos de 2006 e 2028 a 2031, correspondente ao edital mais recente localizado até o momento da investigação.

As dificuldades encontradas durante o processo de levantamento documental evidenciam limitações relacionadas à preservação, organização e acessibilidade histórica dos documentos vinculados ao PNLD, aspecto que também impacta pesquisas que buscam compreender a trajetória histórica dessa política pública educacional. Para melhor

visualização das condições documentais identificadas, bem como das estratégias metodológicas utilizadas para a constituição do *corpus*, elaborou-se o Quadro 1.

Quadro 1 – Documentos encontrados

Intervalo temporal	Condição documental	Estratégia metodológica	Editais disponíveis
1985-2006	Ausência de registro	Busca no *site* do MEC e por meio do comando do Google	Nenhum
2006-2013	Documentação disponível	Busca no *site* do MEC	Completos
2013-2019	Documentação disponível por meio de comandos	Busca direcionada no comando do Google	Completos
2020-2031	Documentação disponível	Busca no *site* do MEC	Completos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

Após a organização e o fichamento dos editais do PNLD localizados durante o levantamento documental, iniciou-se o processo de identificação dos descritores definidos *a priori* para a pesquisa: violência, discriminação e preconceito.

A fim de sistematizar as informações iniciais obtidas na análise dos documentos, elaborou-se o Quadro 2, contendo os editais organizados por ano de referência, suas respectivas especificidades e etapas educacionais contempladas – Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Dicionários e Obras Complementares de Acessibilidade.

Essa organização visual possibilita identificar a dinâmica de distribuição dos editais ao longo dos anos e suas respectivas etapas educacionais contempladas. Além disso, para atender às diferentes etapas da Educação Básica, os editais do PNLD são publicados de forma alternada, ou seja, a cada ciclo são priorizadas determinadas etapas educacionais, conforme a organização estabelecida pelo Programa (Brasil, s.d.).

A partir desse levantamento, buscou-se identificar a presença – ou ausência – dos descritores previamente estabelecidos nos textos dos editais, constituindo uma primeira aproximação analítica nos documentos investigados. Ressalta-se, contudo, que a identificação dos descritores não implica, necessariamente, uma abordagem aprofundada da temática da violência nos editais investigados, mas representa um indicativo inicial da presença – ou ausência – desses termos nos documentos que regulamentam o PNLD.

Quadro 2 – Organização e fichamento dos editais do PNLD

Ano do edital	Especificidades do edital/Etapa educacional	Presença/ausência das Palavras-chave: Violência discriminação e preconceito
2006	Dicionário - Ensino Fundamental	Discriminação e preconceito
2007	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2008	EJA	Violência, discriminações e preconceitos
2008	Anos Finais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2010	EJA	Violência, discriminações e preconceitos
2010	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2010	Obras complementares 1° e 2° do Ensino Fundamental	Discriminação e preconceito
2011	Anos Finais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2011	EJA	Violência, discriminações e preconceitos
2012	Ensino Médio	Discriminações e preconceitos
2012	Dicionário - Ensino Fundamental	Preconceito
2013	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2013	Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação do Campo	Violência, discriminações e preconceitos
2013	Obras complementares 1°, 2° e 3° Ensino Fundamental	Discriminações e preconceito
2014	Anos Finais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2015	Ensino Médio	
2016	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
2017	Anos Finais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2018	Ensino Médio	Violência, discriminações e preconceitos
2019	Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2020	Edital complementar literário de Acessibilidade	Não há presença
2021	Ensino Médio - objetos	Violência, discriminações e preconceitos
2022	Educação Infantil - literário	Não há presença
2022	Audiolivros de obras literárias - Acessibilidade	Não há presença
2023	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2023	Produção em Braille de obras didáticas de Acessibilidade	Não há presença
2024-2027	Anos Finais do Ensino Fundamental	Violência, discriminações e preconceitos
2024	Produção em Braille de obras didáticas de Acessibilidade	Não há presença
2024	Literário equidade - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA	Discriminação e preconceito
2026-2029	Educação Infantil	Não há presença
2026-2029	Ensino Médio	Não há presença
2026-2029	EJA	Não há presença
2026-2029	EJA Edital complementar de produção em braille e obras didáticas de Acessibilidade	Violência, discriminações e preconceitos
2027-2030	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Não há presença
2028-2031	Anos Finais do Ensino Fundamental	Não há presença

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

Os materiais didáticos produzidos a partir dos critérios estabelecidos nos editais do PNLD são distribuídos de forma regular às escolas públicas brasileiras. Para uma melhor visualização da relação entre os anos de referência dos editais e suas respectivas etapas educacionais, optou-se pela utilização de cores distintas no Quadro 2, sendo: amarelo para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), verde-água para os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), verde para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), vermelho para o Ensino Médio, rosa para a Educação Infantil, laranja para as obras complementares e de acessibilidade, azul para os dicionários e branco para o PNLD Campo.

Durante o processo de busca e levantamento documental, identificaram-se algumas dificuldades relacionadas à disponibilidade dos editais do PNLD, uma vez que nem todos os documentos foram localizados de forma direta nos *sites* oficiais do MEC e do FNDE. Apesar dessas limitações, foi possível mapear a presença – ou ausência – dos descritores ‘violência’, ‘discriminação’ e ‘preconceito’ nos editais encontrados, bem como observar suas relações com os respectivos anos de publicação e etapas educacionais contempladas.

Do total de 35 editais localizados, verificou-se que 17 apresentam simultaneamente os descritores ‘violência’, ‘discriminação’ e ‘preconceito’; sete apresentam apenas os descritores ‘discriminação’ e ‘preconceito’; um edital apresenta somente o descritor ‘preconceito’; e, em 10 editais, não foi identificada nenhuma das palavras-chave previamente estabelecidas para a pesquisa.

A partir da organização sistemática desses dados (Quadro 2), observa-se que a maior parte dos editais nos quais não foram identificados os descritores analisados corresponde aos editais vinculados à acessibilidade, tais como os editais complementares literários de acessibilidade, audiolivros de obras literárias e produção em braile. Além disso, também não foram identificadas ocorrências dos descritores nos editais de 2022 e 2026-2029 da Educação Infantil, bem como no edital de 2026-2029 referente ao Ensino Médio.

Esses resultados suscitam reflexões acerca dos períodos e das especificidades dos editais em que não há menções aos descritores investigados. Nota-se, predominantemente, a ausência dessas palavras nos editais relacionados à acessibilidade. A partir disso, levanta-se a reflexão de que, especialmente após 2018 – período em que a BNCC passou a consolidar-se como documento normativo para a Educação Básica (Brasil, 2018) –, parte das discussões relacionadas aos direitos humanos, à valorização da diversidade, ao combate às discriminações e às violências possa ter passado a ocorrer de maneira mais transversalizada nos documentos curriculares e normativos, não necessariamente mediante a utilização explícita dos descritores investigados. Isso também suscita indagações acerca da possibilidade de existência de outros descritores relacionados à temática da violência presentes nesses editais, ou ainda, se de fato há um silenciamento da temática, mesmo diante da inserção dessas discussões como temas transversais pela BNCC.

Além disso, outra possibilidade interpretativa refere-se ao fato de que os editais de acessibilidade se fundamentam diretamente em legislações e políticas voltadas à inclusão, especialmente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015). Nessa perspectiva, compreende-se que tais documentos possuem, em sua constituição, princípios relacionados à garantia de direitos, acessibilidade e inclusão educacional. Contudo, ainda que os descritores ‘violência’, ‘discriminação’ e ‘preconceito’ não apareçam explicitamente nesses editais, entende-se

que processos de exclusão, silenciamento e negação de acesso podem constituir formas de violência estrutural e simbólica, conforme discutem Bourdieu (1989) e Assis, Constantino e Avanci (2010).

Ao mesmo tempo, os primeiros dados levantados suscitam novos questionamentos acerca da forma como a temática da violência é abordada nos editais do PNLD. Nesse sentido, questiona-se: a violência aparece nos documentos apenas de maneira pontual e normativa? As menções são postas apenas em um viés preventivo? Ou existem orientações que possibilitam abordagens mais aprofundadas acerca das diferentes manifestações de violência no contexto escolar e social?

Desse modo, compreende-se que o levantamento e o mapeamento documental realizados nesta pesquisa não apenas possibilitam a constituição de um *corpus* analítico sobre a presença da temática da violência nos editais do PNLD, mas também evidenciam problemáticas e questionamentos que poderão ser aprofundados ao longo da pesquisa de mestrado em desenvolvimento.

5 Algumas considerações finais

O presente estudo possibilitou identificar indícios iniciais acerca da presença – e, sobretudo, da ausência – de descritores relacionados à temática da violência nos editais do PNLD. A partir do levantamento e organização dos documentos localizados, observou-se que a temática aparece de maneira desigual ao longo dos diferentes períodos e etapas educacionais contempladas pelos editais.

Além disso, o levantamento dos editais disponíveis evidenciou limitações relacionadas à disponibilidade e acessibilidade histórica dos documentos do Programa, aspecto que também se constituiu como um dado relevante da investigação. Do mesmo modo, a análise preliminar dos editais suscitou reflexões acerca de possíveis silenciamentos, transversalizações e disputas curriculares relacionadas às discussões sobre violência, discriminação e preconceito no âmbito das políticas públicas educacionais.

Por fim, compreende-se que os dados preliminares apresentados nesta comunicação representam um movimento inicial da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, indicando possibilidades futuras de aprofundamento acerca das formas

pelas quais a temática da violência é incorporada – ou não – nos documentos que regulamentam os materiais didáticos distribuídos às escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *Escola e Violências*. Brasília: UNESCO, p. 154, 2002.

ABRAMOVAY, M. *Et al.* Cotidiano das escolas: entre violências. Brasília: UNESCO, p. 404, 2006.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. DAS G. *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, p. 88, 2003.

AMARAL, R.B.; MAZZI, L. C.; ANDRADE, L. V.; PEROVANO, A.P. *Livro didático de Matemática*: compreensões e reflexões no âmbito da Educação Matemática. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022.

ARAÚJO, Patrício Carneiro. *Entre o terreiro e a escola*: Lei 10.639/2003 e intolerância religiosa sob o olhar antropológico. 2015. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ASSIS, S.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. (Org.). Impacto da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 260, 2010.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BANDEIRA, L. M. *Violência de gênero*: a construção de um campo teórico e de investigação. Revista Sociedade e Sociedade, v. 29, no2, Maio/Ago 2014.

BRASIL. Lei no 9455 de 7 de abril de 1997. Define os crimes de torturas e dá outras providências. Brasília. 1997. Disponível em:: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20 Na%20mesma%20pena,n%C3%A3o%20resultante%20de%20medida%20legal. Acesso em: 16 de maio de 2026.

BRASIL. Lei no 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://bit.ly/2JTn2Gw. Acesso em: 16 de maio de 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. Lei no7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm#:~:text=Impedir%20o%20acesso%20ou%20uso,de%20um%20a%20tr%C3%AAs%20anos. . Acesso em: 16 de maio de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD: histórico e fundamentos. Brasília: MEC/FNDE, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pnld. Acesso em: 16 de maio de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 16 de maio de 2026.

CELLARD, André**.** A análise documental. In: POUPART, Jean *et al*. *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

DAHLBEREG, L. L.; KRUG, E. G. *Violência*: um problema global de saúde pública. Ciência & Saúde Coletiva, v. 11(Sup), p. 1163–1178, 2007.

FREIRE, Daíse; LITOLDO, Beatriz. *Silêncios que ensinam, vozes que resistem*: narrativas de violência na formação de sujeitos do campo**.** Revista Brasileira de Educação do Campo, Tocantinópolis, v. 10, e19739, 2025.

GIL, Antonio C. *Como Fazer Pesquisa Qualitativa*. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book.* p.127. ISBN 9786559770496.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar:* como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 12. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Pessoas de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência nos últimos 12 meses (Mil pessoas). Brasil. 2019

LAHM-VIEIRA, Camila Roberta; COLOSSI, Patrícia Manozzo; JUNG, Carlos Fernando. *Violência(s) no contexto escolar*: revisão de literatura. Revista Educação, Psicologia e Interfaces*,* v. 10, n. 1, p. 1–15, 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. *Formação de Professores e Didática para Desenvolvimento Humano*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 629-650, abr./jun. 2015.

MARTINS, M. *Violência moral e reconhecimento*. Caderno de Campo. Araraquara. 2015

NADAI, S. T.; TOGNETTA, L. R. P. *Estilos de educación paternal y participación em processos de victimizacioón entre pares*. Espanha, 2016.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: ágora, 2006.

SHIMADA, Maria Fernanda Paci Hirata. *A relação entre violência e escola no atual contexto da organização social*: uma análise da produção legislativa brasileira. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2025.

UNICEF. (1990) Convenção sobre os direitos da criança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 16 de maio de 2026.